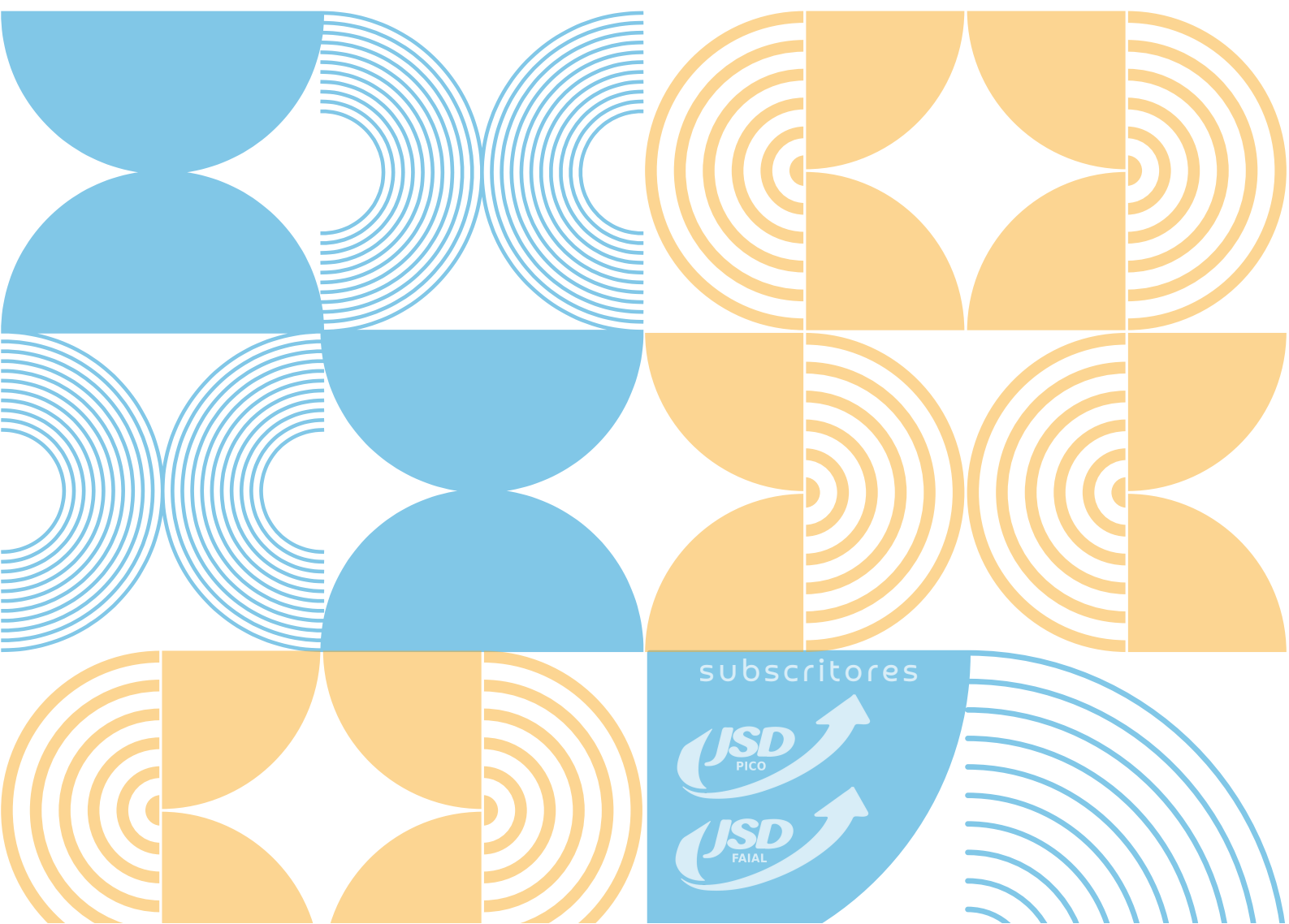


m o ç ã o t e m á t i c a

ser + envolver



subscritores

JSD
PICO

JSD
FAIAL

O Associativismo define-se como um “movimento organizado ou a prática de organizações sociais”, afirmando-se como um indicador da democratização e da participação social. É também deste movimento que se impulsiona a coesão entre as diferentes localidades e populações, fundamental, portanto, na manutenção da dinamização das sociedades. A união, a dedicação e a entrega por um objetivo comum, permitem que se vão mantendo vivas as culturas e tradições, através das diferentes associações. No entanto, esta é uma área em “crise”, por diversos fatores como a quebra demográfica, o envelhecimento populacional e o aumento do “individualismo”.

“A democracia é o poder do povo, partilhado entre o povo” - não há democracia sem participação direta do povo. Todavia, atualmente, é possível verificar uma constante alienação política por parte da população, onde esta se sente totalmente distanciada face ao poder político. Há uma correlação direta entre a vida em democracia e a manutenção do associativismo: há uma necessidade urgente em envolver as pessoas na sociedade, nas pequenas decisões do dia-a-dia.

Verifica-se uma crescente “profissionalização” da atividade política, o que conduz a uma lenta, mas progressiva, espoliação do poder, por parte das populações. No entanto, o que mantém o funcionamento da democracia, efetivamente, são aqueles que, genuinamente, acreditam na verdadeira participação social, sem esperar nada em troca, e afirmam, assim, a sua forma de estar em sociedade, através de ações como o voluntariado.

O voluntariado encontra-se definido e enquadrado juridicamente, em Portugal, na Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, como “o conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”. São os movimentos sociais e as organizações não governamentais que lutam pela resolução dos problemas sociais e apelam à consciencialização da vida em cidadania, onde os cidadãos encontram um porta-voz para expressar os seus problemas, face ao distanciamento vivenciado em relação ao poder local.

Ora, estamos a assistir à descrença nas instituições políticas e nos partidos políticos, traduzida em elevados níveis de abstenção e na diminuição dos níveis de militância e envolvimento, isso sente-se também nas juventudes partidárias, e a nossa não é exceção. Nesse seguimento, urge evitar que a descrença política extrapole também para um desinteresse generalizado das organizações da sociedade civil, pois começa a ser evidente que, de facto, muitas destas organizações se encontram em crise.

Note-se que as associações funcionam como espaços de partilha de ideias, e criam oportunidades para a intervenção em diferentes dimensões, de acordo com o objeto de cada associação, pelo que se torna imperativo, no contexto atual, mantê-las vivas.

Ademais, fazer parte de uma associação, ou concretizar um ato de voluntariado isolado ou recorrente, é sinónimo de envolvimento na comunidade e traduz vivências onde prevalece um sentimento de pertença, que atribui às coletividades um papel significativo, no âmbito da integração e da inclusão, e que ensina muitas vezes àqueles que experienciam essa pertença, o altruísmo.

As associações são verdadeiras escolas, e permitem a aquisição de competências e o desenvolvimento de capacidades em muitas áreas que são cruciais para a vida em sociedade. Assim sendo, e tendo em conta que defendemos o direito à educação, expresso no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é fundamental que estes movimentos sejam percecionados como meios informais de educação e formação, e que, consequentemente lhes seja dado o devido reconhecimento.

Além disso, as mais variadas organizações da sociedade civil são representativas de vontades, de ânsias, de ambições que devem ser respondidas e percecionadas com o objetivo de estabelecer um compromisso entre as partes. Nos Açores são muitas as associações, e também as ações organizadas de voluntariado mas, por vezes, não são assim tantos os associados, nem os voluntários.

Não obstante, a maioria das organizações vai sobrevivendo com o trabalho redobrado de alguns, cujo esforço nem sempre é reconhecido pela comunidade. De uma forma geral, a cultura do voluntariado ainda se encontra em crescimento. A grande maioria das pessoas não descobriu ainda que pode fazer a diferença na vida do outro, com simples gestos.

Ora, a manutenção e a continuidade de algumas das nossas tradições locais e culturais depende, em grande parte, do voluntariado, ou seja, da entrega desprendida de segundas intenções perante a nobre missão de dedicarmos um pouco do nosso tempo às causas da nossa sociedade. São exemplos disto as filarmónicas, os grupos de folclore, os grupos de chamarrita e as festas ao Divino Espírito Santo.

Na realidade, mesmo quando estas coletividades conseguem manter vivas as tradições da região e das ilhas, e ter um número razoável de associados, muitas vezes surge um outro problema: a dificuldade em encontrar pessoas interessadas em assumir as direções. Ser dirigente associativo traz várias responsabilidades que, muitas das vezes, se veem incompatíveis com a vida familiar ou a vida académica/profissional, por não ser dada a flexibilidade necessária. Não obstante, na região já foram dados importantes passos neste aspeto, nomeadamente com a atualização do estatuto de dirigente associativo, na proposta do Decreto Legislativo Regional “Regime de Políticas de Juventude para a Região Autónoma dos Açores”.

Repare-se ainda que, além das associações com um cariz mais tradicional, existem uma série de outras associações culturais, desportivas, ambientais, juvenis, estudantis e no âmbito de tantos outros assuntos de interesse como a saúde, e o turismo, por exemplo, que também merecem muita atenção, por vezes envolvendo muitos jovens.

Nesse sentido, a participação nestes movimentos deve ser fomentada para que o património (material e imaterial) da nossa cultura não desvaneça no tempo, assim como para que surjam instituições que desenvolvam ações que incentivem o diálogo, a inovação e o desenvolvimento. Devem ser criadas medidas que incentivem e apoiem a participação da juventude nestas coletividades, consequentemente aumentando os níveis de participação cívica.

Na Região, já se notam desenvolvimentos relevantes neste sentido, nomeadamente a existência da Plataforma do Voluntariado Açores; as atualizações na proposta do Decreto Legislativo de Lei (DLR) “Regime de Políticas de Juventude para a Região Autónoma dos Açores”; e a existência do Registo Açoriano de Associativismo Juvenil (RAAJ). Relativamente ao DLR, é importante destacar-se os direitos e a flexibilidade que são estabelecidos no âmbito do estatuto de dirigente associativo, assim como as normas que estabelecem o tipo de apoios a atribuir às associações (em termos financeiros, técnicos e logísticos).

Não obstante do mérito da Plataforma do Voluntariado Açores e do RAAJ, estas dinâmicas carecem de mecanismos de divulgação eficazes, repare-se que a maioria das associações juvenis não se encontra registada no RAAJ, e isso é flagrante à primeira vista, ao notar-se a ausência de coletividades que agregam muitos jovens, como são os casos dos agrupamentos de escuteiros e das associações de estudantes

As associações são cruciais para a dinamização da participação cívica, e são parte do que constrói a democracia, logo, o incremento da envolvimento da juventude nas coletividades significa que são mais os interessados em dar parte de si à sociedade, em pertencer, em intervir, e em dar continuidade a projetos que identificam uma comunidade, e isto significa mais credibilidade, mais democracia.

Por conseguinte, é essencial que a JSD/Açores se proponha a uma relação de proximidade com as associações e a incluir na sua estratégia orientações que visem, por um lado, a resolução dos problemas do associativismo e, por outro, o aumento do número de jovens voluntários.

Assim, propomos

Cartão VOL - Criação do cartão do voluntário com benefícios, de modo a incentivar e reconhecer o trabalho dos voluntários.

Saber + - Tornar mais eficiente a Plataforma de Voluntariado Regional, através do contato direto com as instituições, incentivando a que se associem à mesma, para que todas as associações onde o voluntariado é possível estejam divulgadas. Aliar também uma forte campanha de divulgação nas redes sociais, nos media, e com sessões de esclarecimento nas escolas/universidades.

Rede Local Envolver + - Criação de redes de voluntariado municipais, em que as autarquias seriam responsáveis por promover a criação e divulgação de uma listagem com todas as associações em que se pode ser associado e/ou voluntário por concelho;

Gabinete Associar - Este gabinete objetiva ser um espaço de acompanhamento para as associações legalmente constituídas, privilegiando a partilha de informação sobre os direitos e, em particular para as associações de jovens, a divulgação do RAAJ. Ademais, além das coletividades já constituídas, outras em fase de formação poderão recorrer a este Gabinete para informação e coadjuvação no processo de criação. Neste sentido, este gabinete será também responsável por gerir os pedidos de apoio das associações de jovens, no âmbito do DLR .

Acreditamos que podemos todos **SER +**,
que nos podemos todos **ENVOLVER +**

